

PARECER Nº 56/2023

PROJETO DE LEI Nº 23/2023

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

RELATOR VEREADOR JEAN DO CRISPIM SANTANA

RELATÓRIO

De autoria do vereador Noraldino Durães, o Projeto de Lei nº 23/2023 *“proíbe a colagem ou a afixação de qualquer material de propaganda ou publicidade em locais públicos que menciona”*.

Publicada, a proposição foi encaminhada à análise preliminar da Comissão de Legislação e Justiça e de Redação, que concluiu por sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade e adequação regimental.

Vem agora a esta Comissão de Administração Pública para exame de mérito, nos termos do art. 91, inciso III, alínea “z-c”, do Regimento Interno.

Em síntese, o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei em exame visa proibir a colagem ou a afixação de qualquer material de propaganda ou publicidade em postes de iluminação, de sinalização, pontos de ônibus, árvores e em outros bens públicos, inclusive pichação, inscrição à tinta e exposição de placas e faixas, conforme previsto no seu art. 1º.

De acordo com o parágrafo único do mencionado artigo, excetua-se dessa proibição a propaganda ou publicidade destinada à divulgação de programas

públicos de saúde, cultural ou social, previamente autorizada pelo setor competente da Prefeitura.

O art. 2º do projeto de lei prevê que, em caso de descumprimento do disposto no art. 1º, o infrator será notificado para retirar o material de propaganda ou publicidade no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado do recebimento da notificação.

Se o material não for retirado no referido prazo, será aplicada ao infrator multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), que será dobrado em caso de reincidência (§1º do art. 2º).

Em sua justificação, salienta o autor que:

Ao andar pela cidade de Arinos, nota-se a grande quantidade de cartazes de propaganda e publicidade fixadas nos postes, árvores, pontos de ônibus e em outros bens públicos.

Esse tipo de propaganda ou publicidade, além de causar poluição visual, acaba espalhando sujeiras e gerando sérios prejuízos à população, principalmente com possíveis danos aos bens públicos.

Nesse contexto, a proposição busca preservar valores estéticos e paisagísticos da cidade, a fim de criar mecanismos para amenizar a poluição visual gerada clandestinamente, uma vez que a maioria das propagandas realizadas nesses locais são irregulares.

Como bem destacado pelo autor da proposição, os postes de iluminação e as árvores da cidade estão tomados de cartazes contendo propagandas dos mais variados tipos.

O Código de Posturas do Município (Lei nº 380, de 1º de novembro de 1984), que deveria tratar da matéria, é omissa em relação às medidas de polícia administrativa a serem adotadas pelo Poder Público diante de situações como essa.

Em razão da ausência de uma disciplina legal, o órgão fiscalizador do município fica impedido de coibir as condutas responsáveis pela poluição visual na cidade.

Desse modo, faz-se necessária a presente proposição para que o Município tenha amparo legal para proibir e punir tais condutas.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, concluo pela aprovação do Projeto de Lei nº 23 de 2023.

Sala das Comissões, 1º de junho de 2023.

Vereador JEAN DO CRISPIM SANTANA
Relator